



FL. Nº  
Anexo – notas taquigráficas  
Proc. nº  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PRESIDENTE: JAIR TATTO**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 21 de novembro de 2017

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Transcrição *ipsis verbis*
- Lista de participantes não fornecida
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Exposição com audiovisual, podendo causar a indeterminação do texto

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 32ª audiência pública de 2017, 10ª audiência temática referente ao Orçamento de 2018.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal Câmara Municipal de São Paulo, endereço [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br) link *auditórios online*.

Deu-se publicidade da audiência no *Diário Oficial da cidade de São Paulo* nos dias 10, 11, 14 e 18/10 de 2017; também nos dias 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28 e 30/10 de 2017; publicação em jornais de grande circulação nos dias 1, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 14, 15 e 17/11 de 2017.

Informo que o projeto do Orçamento está disponível no *site* da Câmara Municipal de São Paulo: [www.camara.sp.gov.br/orçamento](http://www.camara.sp.gov.br/orçamento).

Esta audiência pública tem como objetivo debater os seguintes projetos: PL 686/2017, do Executivo, que estima a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para 2018, Orçamento Municipal de 2018; e o PL 687 do Executivo, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018/2021 – PPA.

Preciso da lista dos presentes.

- Pausa prolongada.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Registre-se a presença da Sra. Giulia Puttomatti, que é a Secretária Adjunta das Finanças, da Fazenda do Município de São Paulo. Convido também a compor a Mesa o Secretário Cláudio Carvalho; e o nobre relator, Vereador Ricardo Nunes.

Registro a presença do Vereador Camilo Cristóforo, aniversariante do dia de ontem, parabéns, Vereador.

Anuncio a presença do Ahmed, Coordenador Geral do Orçamento; do sub-relator da pasta da Cultura, Vereador Zé Turin; do Vereador José Police Neto e do Vereador João Jorge.

Vamos dar início a nossa audiência. Solicito aos que não vão participar da audiência, por favor, continuem a conversa lá fora.

- Pausa prolongada.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Secretário Cláudio Carvalho, vamos à sua exposição? As inscrições, a partir deste momento, estão abertas.

- Pausa prolongada.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Quero informar que esta audiência tratará do Fundo Municipal de Iluminação Pública, da autoridade municipal de limpeza urbana, da Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais; da Secretaria do Governo Municipal; e da Secretaria Municipal da Casa Civil.

O Secretário Bruno Covas, Secretário da Casa Civil, foi convidado, não sei se mandou representante. O Secretário do Governo Municipal, eu não sei mais quem é. (Pausa)  
Sr. Julio Semeghini, que não se faz presente.

**O SR. CAMILO CRISTÓFARO** – Presidente, me permite uma palavra?

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Vereador, se eu lhe der a palavra estarei quebrando o meu próprio encaminhamento.

**O SR. CAMILO CRISTÓFARO** – É que eu não faço parte desta comissão, queria dar uma palavra e me retirar.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Claro, claro. Vou só pedir licença ao Secretário Cláudio Carvalho, eu já tinha anunciado a sua exposição. Mas sim, tenha a palavra para uma saudação.

**O SR. CAMILO CRISTÓFARO** – Presidente, é agradecer. Queria só parabenizar – como cidadão – o trabalho do Secretário Cláudio Carvalho, e da Secretária Denise Abreu à frente da Ilume. Não tenho amizade com eles, posso falar tranquilamente sobre isso, dar os meus parabéns pela gestão que estão fazendo. A Denise desde o começo, e o Secretário Cláudio Carvalho, que trazia recursos para a cidade de São Paulo, hoje está à frente de 32

subprefeituras da Cidade, é o nosso gerentão, é o zelador da Cidade. Quero parabenizá-lo porque estou deixando ele louco de tanto *whatsapp* que eu mando, e as coisas estão acontecendo. Parabéns, Secretário; parabéns, Denise. Continuem assim porque tem gente no Governo que, infelizmente, ainda não acordou.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado. Vamos lá. Vereador João Jorge, por favor, componha a Mesa conosco.

Secretário Cláudio Carvalho, por favor, podemos começar.

**O SR. CLÁUDIO CARVALHO** – Primeiramente, boa tarde a todos. Obrigado pela convocação, é uma obrigação estarmos aqui pra prestar contas do nosso orçamento, do que foi incorrido este ano e do que pretendemos, para o próximo ano.

Quero cumprimentar os Vereadores, em nome do Presidente Jair Tatto; o Vereador Police Neto; e o Vereador Zé Turin. Agradecer ao Camilo Cristófar pelo elogio, obrigado. Cumprimentar o João Jorge, o Ricardo Nunes; o Édson, Edson Tomaz, Presidente da Amlurb; Denise Abreu, Presidente da Ilume.

Temos aqui a apresentação, e eu vou pedir para alguém me ajudar. Acho que dá pra ler. De uma forma bem didática, vamos mostrar a proposta para o orçamento do ano que vem e também mostrar o realizado até este mês. este ano. Dependendo do mês, setembro ou outubro, a gente já tem os dados consolidados.

Vamos começar pelo orçamento da Secretaria, exceto das prefeituras regionais. Tenho conversado internamente, pois há 20 dias assumi a Secretaria das Prefeituras Regionais, e tenho entendimento um pouco diferente do que é hoje.

Entendo que a Secretaria tem de ter uma estrutura mais leve, e a grande força tem de ser nas pontas, que é onde acontece a execução. Então a Secretaria, a central, fica mais posicionada pra cuidar da estratégia, do planejamento, do que será feito na execução de toda Cidade. E as prefeituras regionais ficariam com uma estrutura mais forte justamente pra atender à comunidade, à população em seus anseios, as suas críticas, os elogios, tudo.

Acredito que a estrutura tem de ser mais forte na ponta porque a população está na ponta. Não adianta ficar na Libero Badaró, com uma estrutura enorme, e as pontas ficarem deficitárias. Prefiro o contrário, um esforço de trabalho maior, com menos gente na Secretaria e um esforço muito maior, com mais gente, com mais eficiência nas pontas.

Este aqui é o orçamento para o ano que vem, e há vários itens. Temos 30 milhões previstos para recap de vias, que é o programa do asfalto novo, e vou falar dele mais pra frente. Esse valor teve um incremento, foi anunciado e nós começamos o primeiro lote a semana passada, e os demais esta semana. Temos então item por item, o que vamos alocar em cada serviço. No desenvolvimento de sistema e comunicação, um valor baixo. Em obras e serviços nas áreas, estamos com percepção de que haverá eventuais problemas, são áreas em que há risco geológico, desabamento, correção de córregos, rupturas, um valor de 74 milhões. Não sei se querem que eu passe item por item ou dê uma visão geral. Mas essa apresentação vai ficar com vocês.

Neste *slide* estamos mostrando o que foi o orçamento das atividades e dos projetos no ano de 2017 e no ano de 2018. Do lado esquerdo, 210 milhões, são as atividades; e os 88 milhões, são os projetos. A nossa proposta para o próximo ano é um pequeno incremento nas atividades, de 210 passa para 226 milhões; e nos projetos de 88 para 115 milhões.

Aqui é a zeladoria da Secretaria, que são basicamente as equipes. Em 2017 o valor era 140 milhões; e para 2018, um pequeno incremento, passou para 149 milhões, houve somente uma pequena correção no valor.

Aqui falamos do projeto de asfalto, de recap. Este ano a previsão era de 75 milhões, e ano que vem a estimativa são 365 milhões, sendo que 210 milhões oriundos do fundo de multas, e mais 120 milhões do Tesouro. Há uma verba menor que vem de SPTrans, mas é pequena. Então 210 milhões, fundo de multa; e mais 110 milhões reservado do Tesouro.

Essas áreas de risco são importantes devido às chuvas de agora, e já foi feito projetos para à limpeza preventiva. Nesse feriado houve um árduo teste pra nós, na capital,

conseguimos passar no teste, pelo menos nesse. Infelizmente sabemos que haverá enchentes, mas estamos trabalhando, para no próximo ano, minimizar as áreas de risco. Se fizer um planejamento adequado você consegue, com planejamento sempre se consegue resolver grande parte do problema. Com boa intenção, com trabalho e planejamento estruturado, a minha vida inteira eu consegui fazer assim, e conseguiremos caminhar para haver o mínimo de risco possível. A verba era 13 milhões em 2017, para 2018 a proposta é de 22 milhões para podermos trabalhar nas áreas de risco, principalmente na periferia.

A evolução orçamentária deste ano, há 215 empenhados, em execução; e o disponível era 224, usamos então 96% da verba do ano. O liquidado está em evolução, há compromissos futuros já contratados e que serão liquidados em dois ou três meses. Por isso há a diferença de 77 para 96. Já foram utilizados 96% do empenhado, e nós devemos chegar em 224, ou seja, no valor disponível.

Agora trataremos das Prefeituras Regionais. Como eu disse, separamos em dois segmentos: apresentei a proposta da Secretaria e agora são as Prefeituras Regionais.

Cada Prefeitura Regional, item por item, a primeira é Perus, Pirituba, Freguesia, todas estão elencadas. Há também o custo de administração.

Vale lembrar, estamos procurando fazer, começando pelo prédio central, tratando do custo administrativo da Secretaria Regional. Dei uma meta, até o dia 20 do mês que vem pra gente mudar de sede. Hoje pagamos 220 mil reais de aluguel, por mês, mas conseguimos dois andares em Sehab, no prédio Martinelli, de graça. Não tem cabimento. Nós vamos conseguir economizar de largada quase três milhões de reais só com a não locação da sede. Também estamos otimizando o espaço. A Secretaria terá um espaço todo aberto, todo mundo olhando todo mundo, gestão a vista, todo mundo se enxerga, não tem sala, não tem baia, não tem nada, será como deve ser. Com isso você ganha produtividade, as pessoas conseguem trabalhar num bom ambiente, de respeito, de educação. É só falar baixo. Isso na iniciativa privada de muitos anos a gente já vem fazendo isso e a tendência é isso mesmo. Aliás, mudou

mais, hoje tem muita gente trabalhando em home-office, tem muita gente que trabalha em casa e a produtividade, os estudos mostram, que ela só aumenta. Então, com isso a gente consegue ter num menor espaço colocar mais gente. Existem estudos, é oito, dez metros quadrados por pessoa. Bem adequado. Então nós devemos estar, a partir de janeiro na nova sede, com uma economia imediata de três milhões de reais por ano, só de sede.

Aqui nas Prefeituras Regionais, mesma coisa. Temos dois pilotos que vou falar um pouco da administração, que a gente tem que olhar como se fosse a nossa casa. As secretarias regionais, como qualquer órgão público, a gente que olhar como se fosse a nossa casa. Então tem alguns equipamentos que estão alugados e são subutilizados. Por exemplo, em Campo Limpo tem um espaço que deve ter dez mil metros quadrados de escritório e que é só utilizado cinco mil metros. E aí você tem outros equipamentos da Prefeitura na região que podem ser alocados e segregados num só espaço. Então você consegue disponibilizar e ganhar na locação desses prédios e otimizar tudo, inclusive para a população, que vai num lugar único para ser atendida. Eu uso o caso do Campo Limpo, porque o Campo Limpo nós estamos fazendo um piloto, junto com a Secretaria de Gestão, para otimização de espaço, a gente aproveitar o maior número de espaço que temos ociosos para fazer. Prova disso são os CTAs que nós construímos esse ano em áreas que estavam degradadas da Prefeitura, galpões, terrenos. Então cada órgão foi disponibilizando uma área que estava ociosa, a própria Ilume disponibilizou duas áreas, não sei se vocês têm acompanhado, o trabalho da reforma dos CTAs, que a gente tem feito em espaços públicos. Então usar devidamente os espaços públicos para a população, para não deixar ser garagem, sucata de carro ou para ser arquivo morto com documento, que isso não existe mais.

Então nós temos segregado item por item o que é da administração da Prefeitura Regional, qual é o item de zeladoria, o total dos dois itens, quanto temos de projeto e temos o total geral.

Passa o próximo, por favor. Nós vamos passar para vocês essa apresentação,

cada um pode olhar regional por regional. Então na última linha temos um orçamento de um bilhão e 94 milhões para as Prefeituras Regionais, envolvendo tudo, custeio de sede, folha de pagamento, que é a coluna da administração, as ações de zeladoria e os projetos que a gente quer que faça no ano que vem. Qualquer dúvida pode me interromper.

Na execução, também, do orçamento do ano que vem... Desse ano, me desculpa, falei o ano que vem. Na execução desse ano, nós temos aqui as colunas e estamos vendo que temos disponível 96%, que nós empenhamos 96%, estamos quase chegando nos 4% finais para fechar o ano. Também já está segregado por prefeitura regional. O empenhado é 93, o liquidado é 84. É que ainda tem os compromissos futuros, que já estão executados e vai chegar a esse número de 93, ele vai casar, porque os 84 não foram todos pagos ainda.

Próximo. Então, se a gente fizer vis a vis, nós estamos vendo aqui 2017, zeladoria, contra 2018, a gente tem um incremento de mais ou menos 15%, 17% em relação ao orçamento desse ano, indo de 403 milhões para 488 milhões. Só zeladoria.

Tapa Buraco. Isso é importante. Se formos verificar o número de equipes que existiam em atividade em setembro de 2016, vis a vis, setembro de 2017, vocês podem observar que o número de equipes caiu um pequeno percentual: passou de 51 equipes, em média, para 50. Mas a produtividade aumentou por equipe. Então, essas 51 equipes faziam 2.293 tapa buracos e, aí, com uma pequena redução no número de equipes conseguimos aumentar a produtividade para 2.371.

A mesma coisa, que é bem maior ainda a conservação de logradouros. Tínhamos 50 equipes. Essas equipes foram reduzidas para 29. Só que a produtividade é um absurdo. Com 50 equipes eles faziam área de passeio e alvenaria equivalente a 294. Com a metade do número de equipes eles quase que aumentaram em 50% a produtividade na conservação de logradouros. Quer dizer, se você olhar, dá mais de 150%. Se fosse mantido o número das equipes, você faria quase três vezes mais. Então, isso aqui é uma questão de produtividade importante que conseguimos obter nesse quesito de conservação de logradouros.

Poda de árvore, mesma coisa. Fizemos uma força-tarefa neste ano, nesse mês de setembro também. Agora, estamos intensificando mais ainda para o final do ano por causa das

chuvas. Tinham 59 equipes. Nós reduzimos para 39 e a produtividade de árvores podadas subiu de 115 para 117, e a poda mais a remoção foi de 135 para 190. Mesmo conceito de redução do número de equipes versus aumento de produtividade.

A limpeza mecânica de córregos, as equipes meio que se mantiveram: 13, 11. Uma pequena redução, mas a produtividade dobrou. Então, conseguimos fazer com o mesmo número de equipes o dobro da produção.

Conservação de galerias, mesma coisa: 40 equipes contra 22. Fomos de 63 para 73.

E, aí, os atendimentos do 156, a média mensal dos últimos três anos - entre recebidas, concluídas e estoque -, vocês viram que houve um aumento de produtividade de atendimento grande também.

E aqui, para fechar, temos a questão dos conselhos tutelares, o quanto está orçado para ser repassado para os conselhos tutelares no próximo ano. Está por prefeitura regional. Esse é um assunto que eu também estou entrando agora, porque quero entender um pouco melhor. Eu tenho ouvido algumas pessoas do conselho tutelar. Lá em M'Boi Mirim eu escutei no sábado, estiveram lá na Secretaria hoje. Eu quero entender um pouco melhor para ver a funcionalidade, para ver o que dá para melhorarmos de participação e produtividade dos conselhos tutelares, que são muito importantes junto à comunidade e aos bairros. Cada prefeitura tem de estar bem atenta no conselho tutelar, que é muito importante.

Agradeço e estou à disposição. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Tem a palavra a Sra. Denise.

**A SRA. DENISE** – Boa tarde a todos.

Vamos começar a nossa exposição.

- Oradora passa a se referir às imagens exibidas na tela de projeção.

**A SRA. DENISE** – A temática ficou adstrita à questão do Fundo Municipal de Iluminação Pública, denominado Fundip. A maioria de vocês conhece o histórico desse fundo, que nasce de uma emenda constitucional federal, criando, portanto, uma contribuição, na característica de tributo, a ser paga por cada munícipe que paga a sua conta de luz. Então, em sua conta de energia tem uma Cosip, que é uma contribuição, um tributo, que gira em torno de 7 reais e que cai no Fundo Municipal de Iluminação Pública para ser utilizado estritamente com iluminação e seu custeio, o que é um diferencial enorme com relação a todas as Secretarias e a todos os órgãos do Município de São Paulo, porque é o único órgão do Município que tem

orçamento próprio. Nós não utilizamos o orçamento do Município e do erário público para as nossas ações. As nossas ações vêm desse Fundo, cuja gestão é do próprio Ilume, do próprio departamento, que está vinculado à Secretaria Municipal de Serviços e Obras.

O Ilume se mantém em uma característica de departamento porque, no Governo Haddad, foi feita a opção correta de aguardar o desenrolar da PPP para a criação de uma agência reguladora, na medida em que o próprio departamento atua, sim, como uma autarquia. O departamento de iluminação pública historicamente despacha no gabinete do Prefeito de São Paulo ao longo de todas as administrações públicas. A razão porque isso é feito é a chamada essencialidade de um serviço absolutamente estratégico para uma cidade.

Preparamos uma apresentação que eu vou, basicamente, pular. Eu vou disponibilizar para vocês o quantitativo de contratos hoje vigentes na administração do Ilume e o valor final dele mensal, que não diz respeito basicamente à operacionalidade da iluminação da Cidade, a não ser o contrato a AES, que é o mais polpudo e que consome a maior parte da Cosip e do Fundip da administração pública, que é o pagamento da conta de energia da cidade de São Paulo. A energia quem fornece é a uma concessionária não municipal, uma concessionária de serviço público estadual, a AES, e nós pagamos hoje em torno..., pagávamos em torno de 14 milhões ao mês pela iluminação pública da cidade de São Paulo, e com a bandeira vermelha, que passa a incidir para todos os municípios e, a meu ver, equivocadamente para todos os municípios do país, não só para o Município de São Paulo, a bandeira vermelha que é educacional, que é para as pessoas aprenderem a economizar energia, incide também na iluminação pública dos municípios, o que nos parece absolutamente esdrúxulo. Isso porque nenhum município poderá dizer: “Para cumprir a função didática e educacional de economicidade, vamos apagar hoje à noite a Vinte e Três de Maio e a Nove de Julho”. Isso seria impraticável. Então, nós estamos encaminhando também na Aneel e a um debate junto à frente parlamentar dos prefeitos para que a bandeira vermelha não incida nos municípios.

Então, esse é o destaque. É o maior contrato que nós temos ali, além da manutenção da Cidade.

Contratos findos ou rescindidos. Os contratos que fomos terminando, ao longo desses meses de gestão, não firmamos novos contratos, a não ser na manutenção da Cidade, porque ela é terceirizada e, evidentemente, não poderíamos ficar sem uma empresa mantendo a iluminação da cidade de São Paulo.

Quantidade de atendimentos. O que significa dizer isso? Eu tenho um número que está na conta de luz de todos vocês, que é o Ligue Lume, que é um 0800, onde as pessoas reclamam da falta de iluminação em suas ruas, de lâmpadas queimadas, de problemas em postes, todas as ordens de problema focadas em iluminação. Então, eles ligam nesse *call center*, que fica dentro do Ilume, imediatamente sai uma ordem de início para que a empresa contratada vá ao local, faça a vistoria e proceda à realização dos serviços. O contrato prevê 72 horas para a execução desses serviços. A gestão João Doria definiu que nós não deveríamos, então, aguardar essas 72 horas e hoje em torno de 8 a 12 horas estamos executando todos os serviços quando somos pautados por um munícipe de que, naquela localidade, não há iluminação. Lastimavelmente, até a data de hoje, não existe telegestão no Município de São Paulo. Ela está prevista na PPP em andamento e, portanto, ela não foi implementada ainda. E dependemos, portanto, de o munícipe trazendo a notícia para nós, de que não há iluminação naquela localidade, para que possamos, então, atuar.

Fizemos, a partir desses atendimentos, 5.500 trocas de luminárias; 70.100 lâmpadas foram substituídas e utilizamos 337 mil metros de cabo. O problema com cabo, também, é mais uma atuação que estamos, com a Secretaria Municipal de Segurança Urbana, em interlocução com a Secretaria de Estado de Segurança Pública montando um mapa de furtos de cabos nesta cidade – sejam cabos de semáforos, sejam os cabos de iluminação e energia. Eles são furtados, roubados para serem vendidos com a utilização do cobre. Então, há uma operação em andamento. São *blitz* que estão sendo realizadas em ferros-velhos e mais algumas outras atuações da área de Segurança, de maneira mais sigilosa, para que possamos desimpactar a quantidade de cabos furtados nesta cidade.

Programa Cidade Linda. No Programa Cidade Linda fizemos 46 eixos, com 52 praças. No Bairro Lindo, 32 prefeituras regionais têm o apoio do Ilume para a realização de todos os serviços. Destacamos 62 praças consideradas as mais importantes pelos 32 prefeitos regionais para requalificar a praça através da iluminação e, com isso, desimpactar o uso das praças nas periferias para usuários de drogas. Depois que levamos a iluminação nessas praças – e por isso estamos ampliando o projeto-piloto que foi feito em 62 praças -, observamos que diminuía muito o número de usuários de drogas naquela praça, especialmente quando eu tenho uma pista de *skate* ou alguma área de atividade desportiva, em que a juventude possa utilizá-la durante a noite, ocupando aquele território e conseqüentemente criando um bloqueio na permanência dos usuários de drogas nessas praças.

Ciclovias. As ciclovias de São Paulo, nenhuma delas era iluminada e, portanto, não adiantava utilizar o discurso de: “Vamos substituir o carro pela bicicleta”. De manhã, o trabalhador ia de bicicleta ao trabalho, porque havia luz. E à noite ele não poderia voltar, porque não há luz nas ciclovias. Então, iluminamos a Eliseu de Almeida, que é a maior ciclovia de São Paulo, Pedroso de Moraes, Cruzeiro do Sul nos trechos 1 e 2, Via Parque Ermelino Matarazzo, Gastão Vidigal, Professor Fonseca Rodrigues, dentre outras que estão sendo iluminadas e que não listamos porque ainda não foi feita a entrega.

Parques. Destacamos alguns parques, também além daquelas 62 praças, para, em mutirão, fazermos um grande trabalho. E iluminamos, portanto, requalificando a iluminação: Parque do Sol, Praça do Trabalhador, em Parelheiros, Parque da Raposo Tavares, Parque do Jóquei, na Cidade Jardim, Centro Esportes Radicais, no Bom Retiro, Centro Esportivo do Tietê, em Santana, Avenida Paluda, mais outros cinco parques.

Exemplo aqui de pista iluminada de *skate*, na Praça do Trabalhador. A Regente Feijó também foi iluminada, no Anhangabaú, nas arquibancadas do Anhangabaú, mais outras quatro pistas de *skate*, dentre essas já citadas, que vocês receberão com a apresentação.

Quadrilátero dos hotéis. Não adiantava, também, dentro do projeto da gestão João Doria, que pensa no bem-estar da população e também na forma de você transformar São Paulo em uma cidade turística em que também conquistemos, através da vinda de turistas, mais impostos para serem aportados nas ações sociais desta cidade. Dessa maneira, resolvemos destacar como piloto o quadrilátero dos hotéis, com requalificação da iluminação de todas as ruas dos Jardins e instalação de iluminação nas calçadas. Não havia um projeto de iluminação de calçadas. Nós estamos com as avenidas brancas, com o quadrilátero dos hotéis e com toda a requalificação que estamos fazendo na Cidade, aumentado, dia após dia, a instalação de pedonais para que as calçadas de São Paulo passem a ser iluminadas, garantindo a segurança do pedestre. Foi com essa atuação que na Lineu de Paula Machado nós conseguimos desimpactar a quantidade de travestis que ficavam, à noite, ali na avenida e, com a iluminação da calçada e a troca da avenida por iluminação branca a quantidade de travestis e, conseqüentemente, o que vem com esse tipo de atuação – que são assaltos e abordagens -, foi radicalmente diminuída. Esse quadrilátero fica entre a Rebouças, a Brigadeiro, a Brasil e a Paulista.

A efficientização do Centro de São Paulo. As lâmpadas foram trocadas por potências maiores, para ficar um pouco mais claro. De 250 *watts* para 400 *watts*. E instalamos

45 novos projetores também na Cidade, na Rua Guaianases, na Duque de Caxias até a Helvétia, da Helvétia, a Cleveland e a Piracicaba, a Helvétia com a Guaianazes, a Helvécia até a Conselheiro Nébias, rua General Rondon, Barão de Limeira até a Guaianazes. Aquele eixo da antiga Cracolândia, Nova Luz, onde fizemos um ataque grande no trabalho de iluminação para viabilizar não só a possibilidade de filmarem o Centro de São Paulo, porque você tem os drones, mas você precisa da iluminação para que a imagem esteja adequada, como, também, dando a segurança necessária para a realização dos trabalhos do fim da antiga Cracolândia.

Vamos lá, iluminação do Centro. Avenidas brancas. Avenidas brancas são as trocas das avenidas que eram de sódio, todas amarelas, por lâmpadas metálicas, que são muito mais potentes. Avenida Paulista inteira são lâmpadas metálicas, não é led. Enquanto potência de claridade há uma equivalência absoluta entre as metálicas e o led. A diferença do led para metálica está na economicidade ao pagar a conta de energia da cidade.

Então vai para as praças regionais. Vai passando só as fotos. Zona Norte, aí pegamos alguns exemplos. Pode ir passando.

Muito bem, seria uma apresentação demorada e aprofundada regional por regional. O que eu vou fazer agora? Explicar em razão da quantidade de ofícios que recebemos em Ilumi advindo desta Casa. Nós recebemos 658 ofícios desde 1º de janeiro até hoje. Eu tenho a divisão por Vereador dos pedidos que foram formulados; 90% dos pedidos foram atendidos por Ilumi; todos os ofícios foram respondidos, até os que não foram atendidos. E quais não foram atendidos? Exatamente os ofícios onde os Vereadores pedem para que seja efetivada a troca da iluminação de determinada localidade por led. E essa é a historinha final que vou contar para essa Casa entender porque não procedemos a troca da iluminação por led e optamos nesse momento em trocar por metálica quando o pedido é para fazer a troca por led.

Quando nós recebemos a gestão, em primeiro de janeiro, nós estávamos no último ano de contrato da manutenção da cidade e improrrogável porque era o sexto ano já sendo. Portanto, uma prorrogação em caráter excepcional e essa prorrogação previu que nós poderíamos apenas manter a cidade e o parque da maneira que ele está. Não poderíamos, portanto, remodelar o que significa dizer, não poderia trocar a lâmpada que hoje existe lá por

uma lâmpada de led porque esse preço não veio previsto no último ano do aditivo, que é o sexto ano do contrato. Não houve problema, ao longo desses meses todos, mesmo com essa dificuldade contratual, nós conseguimos atender a todas as demandas que nos foram trazidas pela Câmara Municipal, pela Ouvidoria, pelos Consegs, pelos próprios munícipes. Mas, evidentemente, não conseguimos entregar aquilo que todos nós e os munícipes aguardamos, que é a instalação de led nos 610 mil pontos da cidade de São Paulo.

Bom, o Tribunal de Contas do Município liberou no mês de maio o edital e a continuidade da licitação, foram quatro anos de debate, foi um edital muito bem elaborado, com a participação do Banco Mundial, do BID e de todos os players nacionais e internacionais, por isso demorou tanto para ele ser concretizado e consagrado. O Tribunal de Contas pediu para que algumas alterações fossem realizadas. No Governo Haddad elas foram todas acolhidas, foram feitas as alterações propostas pelo próprio Tribunal de Contas, houve a interposição de um recurso por uma das interessadas, que acabou suspendendo no Tribunal de Contas o processo por algum tempo e ele foi liberado no mês de maio. A partir de então haveria a retomada pela Comissão de Licitação de todo procedimento, mas um dos consórcios, também pleiteando seus interesses, ingressou em juízo e nós estamos aguardando. A matéria está sub judice e estamos aguardando o Tribunal de Justiça proceder o julgamento para aí sim nós possamos dar continuidade à PPP e instalarmos led nos 610 mil pontos da cidade de São Paulo.

Não há falta de recursos para tanto, o Fundip hoje arrecada uma média de 40, 45 milhões ao mês. Durante os cinco primeiros anos haverá com a PPP o aporte desse montante desse dinheiro para a PPP para que se agilize os procedimentos e a troca da iluminação por led em toda cidade de São Paulo. Nós agradecemos, e muito, quando vocês munícipes e Vereadores trazem para o llumi a notícia da necessidade da melhoria de uma iluminação, da troca de uma lâmpada queimada. Ao contrário do que possa se imaginar, nós dependemos dessa notícia trazida por vocês e, portanto, nós somos gratos quando recebemos ofícios e

somos cobrados para melhor atender a municipalidade de São Paulo.

Eu vou disponibilizar a todos os Srs. Vereadores essa exposição. Ela está absolutamente detalhada, são mais de cem páginas para que os senhores possam entender o todo do que nós já realizamos, o que pretendemos fazer e em que estado nos encontramos com relação à PPP.

Boa tarde a todos.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Denise Abreu. Vereador José Police Neto já registrei, Fábio Riva presente, companha a Mesa, por favor. Secretário Júlio Semeghini, Secretário de Governo, na Mesa conosco. Vereador Gilberto Nascimento, companha a Mesa, por favor. Vereador Aurélio Nomura, Líder do Governo, presente.

Vamos acompanhar a exposição da Secretaria de Governo e Comunicação.

**A SRA. TARSILA PERES SANTOS** – Nós preparamos aqui uma apresentação breve sobre a Secretaria do Governo Municipal junto com as atribuições do Secretário Especial de Relações Sociais...

**A SRA. TARSILA FERES SANTOS** – Isso mesmo, Tarsila Feres Santos. Nós preparamos uma apresentação breve sobre a Secretaria do Governo Municipal junto com as atribuições do Secretário Especial de Relações Sociais, gabinete do Prefeito e Secretário Especial de Comunicação.

Primeiro, passamos por uma mudança bem recente na Secretaria de Governo. Em 1º de novembro, no decreto 57.959 houve uma reestruturação da Secretaria e a criação da Secretaria da Casa Civil.

Esta era a nossa estrutura anterior. Então, até outubro trabalhamos dessa forma. Essas unidades em verde foram transferidas para a Secretaria da Casa Civil e as que estão em azul permanecem hoje na Secretaria do Governo. Estou falando basicamente da coordenação de assuntos legislativos, da coordenação de assuntos federativos e metropolitanos, assessoria

técnica e assessoria técnica legislativa. Hoje essas unidades estão vinculadas ao Secretário da Casa Civil, Bruno Covas.

A Secretaria do Governo ficou com essa unidade. Temos o apoio administrativo e a secretaria responsável pelo apoio técnico administrativo ao gabinete do prefeito e ao secretário especial de comunicação e relações sociais e também à Secretaria da Casa Civil. Temos a coordenação de articulação e avaliação de políticas de governo, que vai fazer a coordenação dos projetos prioritários da gestão. Temos a coordenação de diálogo e participação social que está vinculado ao secretário especial de relações sociais, que tem como função gerir as demandas da sociedade civil, estabelecer canais de diálogos com as entidades de representação e temos a assessoria jurídica e dois colegiados vinculados que são o conselho de gestão, que toda secretaria hoje tem, e o conselho municipal de políticas de droga e álcool.

Aqui, resumidamente, a Secretaria de Governo era até outubro responsável pelo relacionamento com o poder Legislativo, pelas relações federativas e metropolitanas, então, relação com o governo federal, estadual e outros municípios, era feito pela Secretaria de Governo; nomeações, afastamentos e exonerações; a preparação dos atos normativos do prefeito, como decretos, projetos de lei e o apoio administrativo ao gabinete do prefeito. Essas funções hoje estão com a Secretaria da Casa Civil.

E a Secretaria de Governo passou a focar na articulação Inter secretarial, no acompanhamento da avaliação da execução dos programas e projetos prioritários do governo; coordenação, planejamento, execução das ações governamentais e também apoio administrativo.

Para não gerar dúvidas, fizemos um quadro que fala um pouco da produção de atos normativos. Temos uma relação ainda muito próxima com a Câmara Municipal. A Secretaria de Governo vai trabalhar na definição dos projetos a serem normatizados seja por lei, por decreto; vai fazer a articulação desses projetos com as secretarias e entidades; e vai trabalhar efetivamente na confecção desses atos normativos, seja ele um PL, um decreto ou portaria.

Quando for um projeto de lei, a Casa Civil vai cuidar da tramitação na Câmara, o relacionamento e a negociação com os vereadores da Casa, o gerenciamento das emendas e a aprovação das matérias. Quando estivermos na fase de sanção ou veto, as duas Secretarias vão participar: a Secretaria do Governo colhendo a manifestação e avaliação das Secretarias envolvidas com os projetos e a Secretaria da Casa Civil tomando a decisão de sanção, veto parcial ou total.

Achamos interessante trazer um pouco esse resumo para sabermos a quem compete a partir de agora nessa reestruturação que era uma das questões que recebemos recentemente nas audiências. A reestruturação nos pegou ao longo do processo de audiências públicas e quisemos fazer esse resumo para vocês.

Cabe também ao Secretário Especial de Relações Sociais atender e gerir as demandas da sociedade civil organizada. O que isso quer dizer? Entender e organizar as demandas da sociedade civil, pactuar os encaminhamentos com as autoridades envolvidas, acompanhar as medidas pactuadas. Também cabe, articular interesses difusos dos movimentos sociais na agenda governamental, ou seja, conciliar as agendas de diversos grupos de interesse e pressão. E por fim, sempre estabelecer diálogos com as entidades de representação: conselhos, sindicatos, associações, todas as organizações sociais que tiverem uma articulação tem um secretário especial de relações sociais como um ator importante.

Entrando um pouco no orçamento, como eu digo, no orçamento do governo, temos as seguintes unidades: o gabinete do prefeito, o gabinete do Secretário de Governo, assuntos de turismo, administração do edifício Matarazzo, relações governamentais que hoje foi transferido para a Casa Civil e área de comunicação. Então, o nosso orçamento é de 306 milhões 891 mil 268, essa reestruturação não gerou impactos orçamentários nessa proposta de orçamento. A única coisa que vamos fazer é uma pequena alteração no projeto no tocante a operação e manutenção dos conselhos esparsos participativos, que antes estava na dotação das relações governamentais de 2,6 milhões, o valor é de 600 mil reais e hoje está dentro do

gabinete do secretário. Essa é a única mudança realmente do orçamento. O impacto orçamentário não ocorreu com a reestruturação.

**O SR. RICARDO NUNES** – Tarsila, você precisa nos mandar a mensagem do prefeito para a alteração.

**A SRA. TARSILA FERES SANTOS** – Isso, estamos produzindo na Secretaria da Fazenda e vamos mandar esta semana.

A composição do nosso orçamento. A maior parte é da área de comunicação, seguido pelos assuntos de turismo, 30%; o gabinete do secretário, com 24%; o edifício Matarazzo e a Casa Civil com 4%; e o gabinete do prefeito que tem a menor dotação. Aqui está discriminada a dotação de cada um para compor esse orçamento geral.

Vamos entrar nos detalhes. O nosso orçamento é da fonte 0, do Tesouro, e 20 milhões referente à fonte 2, das transferências federais. Tivemos uma redução desse orçamento, da proposta orçamentária de 2018 em relação a 2017. Foi uma redução de quase 18% nessa proposta de orçamento. Em o orçamento de 18 em relação a 17, 15% de redução quando você compara fonte 0 e 2.

Falando do gabinete do prefeito, houve uma redução de quase 40%. Aqui ao lado, os componentes dessa dotação: assessoria da Polícia Militar, material permanente, reembolso, representações, despesas de pequeno vulto, passagens e locomoção.

No gabinete do secretário, temos alguns sistemas, material permanente, coisas referentes a apoio técnico e administrativo de todas as unidades que compõem a secretaria do governo e o gabinete do prefeito. Temos administração da unidade, sistemas de informação, eventos, reformas, enfim.

Turismo, temos uma dotação para investimentos na área de turismo: administração da unidade, fábrica do samba, infraestrutura, eventos turísticos, enfim, são os principais eventos do calendário da Cidade nessa dotação.

A administração do edifício Matarazzo é uma unidade orçamentária a parte. Então,

é basicamente para material de consumo, material permanente, água, energia, telefonia, e vários serviços da administração predial.

A comunicação, temos desde o portal da prefeitura, a manutenção e operação do portal, as publicações legais e editais do município, outras publicações de interesse do município, campanhas, suporte e manutenção da coordenação de imprensa.

Aqui é a nossa estrutura turística. Hoje temos dentro daquela dotação a manutenção e operação de 13 centrais de informações turísticas, a gestão do grande prêmio de Fórmula 1, o carnaval paulistano e a semana da moda.

Aqui a cara das nossas centrais de informações. Temos um site em Congonhas, na Praça da República, na Paulista, no terminal Tietê e no Palácio dos Bandeirantes. No edifício Matarazzo, só para vocês terem uma noção, temos 1200 servidores, são mais ou menos 400 visitantes por dia, 27 guardas civis, 33 postos de controle de acesso. Também fazemos a gestão da Galeria Prestes Maia. Temos a praça de atendimento da Secretaria de Gestão, da ouvidoria, uma base da Guarda Civil Metropolitana e 4 postos de guardas civis.

Foi um resumo da nossa apresentação e estamos à disposição para dúvidas.

(Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Tarsila. Agora, Amlurb.

O que acontece? O Secretário tem um compromisso inadiável às 15h. Poderíamos ouvir algumas pessoas, ou as dúvidas, ou o relator ou ouvir 10 inscrições. Pode fazer o revezamento, sem problema.

Fábio Siqueira, Eduardo Pedro, Eduardo Morrege.

**O SR. FÁBIO SIQUEIRA** – Sou munícipe nascido na cidade de São Paulo, morador do distrito da Saúde, prefeitura regional de Vila Mariana.

Secretários da Mesa, representantes das empresas, departamentos, entidades, não vou citar vereadores presentes porque temos muitos assuntos a tratar. Aqui também a população que falará e está presente tem a sua grande importância haja vista estarmos em

uma audiência pública.

Falando na questão do orçamento, vamos dividir a secretaria de prefeituras regionais em duas partes. A primeira parte envolve os recursos orçamentários em execução. Eu fico muito triste em saber que as três prefeituras regionais que menos liquidaram a verba até 30 de setembro estão na periferia, a saber, Cidade Ademar, Capela do Socorro e São Mateus. Só para efeito de comparação, isso estou tratando de verba liquidada, paga, porque o empenhado tem prefeito que até cancelou empenho. É uma coisa plenamente absurda. A Cidade Ademar executou 37% do total até 30 de setembro. Se compararmos com Pinheiros que foi a que mais executou, Pinheiros executou 54,7%, Vila Mariana 53,5%. E atualizando esses dados até 31 de outubro, temos 83% do orçamento, 5/6, vemos dados surpreendentes. Capela do Socorro, que era a segunda pior, passou Cidade Ademar. Capela do Socorro só executou 41% do orçamento do montante de 83. O total aprovado 52 milhões a execução foi apenas 21 milhões de reais nos dez primeiros meses de 2017. Dá uma média de 2,1 milhões por mês.

Sr. Secretário Cláudio, é péssimo isso. Eu acho, fico indignado como paulistano que Capela do Socorro é uma das mais pobres regiões de São Paulo, porque temos Grajaú, área de manancial; temos Cidade Dutra que tem CEU, a gente vê que é uma área pobre e tem Socorro, uma área tradicional, Veleiros. Então, é muito ruim uma prefeitura regional só executar, não chega a 41% do total, liquidado versus orçado, do seu orçamento. Como também São Mateus está ruim e Cidade Ademar.

Quero falar um pouco da questão das verbas gerais da coordenação de prefeituras regionais. É assustador que nada foi executado da dotação 1169, reforma e acessibilidade de passeios públicos. É lamentável que uma gestão que quer privilegiar a questão da pessoa com deficiência e não executar e nem empenha a verba 1169, acessibilidade para cadeirantes.

Acho que o segmento das pessoas com deficiência está muito prejudicado pela gestão Doria e pela não execução da 1169. Eu gostaria de uma explicação a respeito disso.

Também gostaria de uma explicação sobre a dotação pavimentação e recapeamento de vias. 44 milhões e os senhores não empenharam nada. Absolutamente coisa nenhuma do dia 1º de janeiro a 31 de outubro de 2017.

Também a famosa dotação 1170, melhoria de bairro, planos de obras e prefeituras, 8 milhões, nada executado. Será que não haverá nenhuma melhoria nos bairros?

Riscos geológicos. É assustador que só executaram de 150 milhões, 1 milhão de reais. Não dá nem 1%. E riscos geológicos têm a ver com enchentes, piscinões. É preocupante na cidade de São Paulo o que vai passar nas chuvas de verão pela falta de execução seríssima desta rubrica.

Observo também outra emenda de acessibilidade que vocês não executaram, a 1218.

Há outras emendas que não vou dizer porque como falaram, temos de aprovar o orçamento no positivo porque as emendas parecem piada, é coisa séria.

Queria falar da questão da defesa civil, É preocupante a dotação da defesa civil, aprovada em 402 mil reais, execução até abril para apenas 55 mil. Defesa civil é uma coisa emergencial e não chega a nem 100 mil reais, um quarto da dotação.

Enquanto para eventos, já se executou 102%, campanhas de interesse do município. Acho que está havendo uma grande discrepância, como também conselhos tutelares, a dotação não foi executada nem a metade.

Eu vou encerrar a minha fala com a questão do Comuda, conselho municipal de álcool e drogas. Eu ia falar amanhã, mas a dotação passou para a secretaria da pauta de hoje, eu estou observando que nada foi executado em relação a políticas de álcool e drogas. A dotação 8414, aprovado 144 mil e nada empenhado, nada executado.

Acho muito triste que isso acontece na gestão João Doria.

- Assume a presidência o Sr. Ricardo Nunes.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Obrigado. Anuncio a presença do

Vereador Adilson Amadeu, do Xexeu, Reginaldo Tripoli, do Vereador

Muito triste que isso está acontecendo na gestão João Doria. É isso. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Obrigado Fábio. Queria anunciar aqui a presença do nosso querido Vereador Adilson Amadeu, do Xexéu, do Vereador Reginaldo Tripoli e do Vereador Rodrigo Goulart. Próximo orador é o Eduardo Pedro, do CMDCA, depois será o Eduardo Mereje.

**O SR. EDUARDO PEDRO** – Boa tarde a todos, à Mesa, estou aqui na qualidade de Conselheiro do CMDCA, representando aqui a sociedade civil. Viemos aqui fazer uma contribuição. Temos acompanhado a construção da Peça Orçamentária e nós temos tido até reuniões nas Secretarias de Prefeituras Regionais para discutir a questão da estrutura dos conselhos tutelares.

Inclusive hoje haveria uma reunião às 13h com os conselhos que compõem a setorial Norte e Oeste e, em virtude da pauta de hoje, nós suspendemos a reunião para podermos estar aqui participando e dialogando sobre a questão orçamentária. Temos acompanhado e até pediria aos companheiros que estavam conosco lá na Secretaria para nos atentarmos às questões relacionadas às estruturas dos conselhos hoje na cidade de São Paulo.

Levantamos um dado, colhido pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos que está sendo objeto de nossas reuniões quanto às estruturas de cada CT, no que tange à material permanente, a carros, a questão do administrativo, que dado à questão da lei e também do Decreto 53.700 que fala da questão compartilhada de direitos humanos e Prefeituras Regionais, onde estabelece a competência de cada Secretaria.

Recebemos, até então, nessa reunião, uma planilha com uma estimativa que foi realmente essa que o senhor apresentou para nós. Teve uma pequena alteração que, em

relação ao momento de hoje, precisou fazer alguns ajustes, mas também aqui acompanhando a comissão permanente, vimos pedir a sensibilidade desta Casa, como também do Executivo, quanto à possibilidade de rever algumas rubricas no que tange à estrutura material de consumo e também aos salários. E por que disso? Tramita nesta Casa um projeto de lei para que, desde o ano passado – e foi matéria, os conselheiros tutelares, na época, fizeram gestão para que ela fosse aprovada, embora não foi possível – houvesse uma ampliação do Orçamento próximo talvez de 20%, mas diluído em algumas rubricas para que pudessem ser atendidas essas necessidades.

Nas reuniões que estamos tendo dentro das Secretarias de Prefeituras Regionais, tivemos alguns conselhos que relataram sua dificuldade quanto ao material permanente. Embora foi informado pela Prefeitura regional na época que alguns contratos começaram a ser liberados agora. Só foram possíveis ser abertos agora, mas, diante de alguma necessidade estrutural dos conselhos, dentro da proposta que está aqui hoje apresentada, pedimos à Casa e ao Executivo, a possibilidade de ampliar esse número.

Inclusive, tenho um documento aqui que a comissão permanente me entregou, no qual ela detalha onde seria diluído esse recurso para atender essas necessidades, pontuando que hoje, nós, enquanto CMDCA, temos recebido inúmeros inquéritos civis do Ministério Público sobre a estrutura dos conselhos. Sobre isso existe hoje uma ação civil que está aguardando uma sentença que, dentro dela, está tratando a estrutura dos conselhos.

Então pediria a sensibilidade da Mesa, dos companheiros, para atender essa necessidade. Estamos, para tanto, entregando em mãos a proposta dos conselhos tutelares. Muito obrigado. Bom dia todos.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Obrigado. Próximo é Ricardo Mereje. Depois dele, será o Marcos Alimare.

**O SR. RICARDO MEREJE** – Boa tarde. Gostaria de dizer algumas coisas com relação à reunião do dia 14. Tivemos audiência temática de habitação e ela ocupou todo o

espaço, não deixando nós falarmos sobre o Fundo de Saneamento Ambiental que foi tão importante nessa reunião.

Hoje vamos falar sobre a iluminação, Município, Casa Civil, ou seja, Prefeituras Regionais e, dentro dessa linha, queria chamar à atenção porque uma cidade pode ser medida por quanto ela gasta de manutenção e quanto ela gasta em qualificação. Nós temos uma cidade, no Orçamento de 2018, para setecentos e tantos milhões de manutenção. Esse valor é absurdo porque nós acompanhamos nas ruas, constantemente, a mesma operação, o mesmo tapa-buraco, quando, na realidade, você tem a infraestrutura que é responsável por esses buracos.

Nossa cidade está se tornando verdadeiros tapetinhos de asfalto, prontos para estourar novamente para receber mais manutenção. Nós somos a cidade da manutenção e, para lembrar também que, com relação às enchentes que estão aí na porta, tivemos para o córrego do Paraguai, ali do TCM, tivemos em 2014, um reservatório ambiental – eu não gosto de chamar de piscinão – com uma verba de 32,3 milhões para fazê-los. Em 2015, a verba era de 50 milhões. Hoje, em 2018, a verba é de 27 milhões. Pergunto: qual é o critério?

Fui em Siurb ver qual projeto estava sendo feito; aqui, nesta Casa, me foi dito que não vai se misturar água pluvial com esgoto; só que, se disseram para mim, que não vai misturar água pluvial com esgoto, então que tipo de obra que temos de fazer? Como é que nós fazemos saneamento e trazemos saúde para a população? É fácil: chuva é gravidade, esgoto é gravidade também, vamos começar no espigão que é muito bem definido na cidade de São Paulo, nem que a gente consiga fazer a primeira quadra separando o esgoto da água pluvial, já estaremos fazendo um grande benefício para a Cidade, ou seja, fazendo certo.

Tratar saneamento só de juzante para montante não dá, porque a juzante está fechando, está empurrando enchente para o Planalto Paulista, olhem o nome: Planalto Paulista. Então a Cidade fica empurrando, Berrini empurra tudo para cima e nós ficamos, ali, com a cultura – que foi falado aqui – do Zoológico, do jardim Botânico, não existe nada disso.

Senhores, quero que me expliquem para onde foram essas verbas, 32,3 e os 50 milhões o que fazem para depois remanejar a verba? Então temos audiência pública para quê? Qual é o objetivo da audiência pública? Não é fidelizar aquilo que está escrito? Não, nós temos de rediscutir, então, vou pedir audiência pública também para o remanejamento de verbas. Queremos audiência pública para o remanejamento de verbas.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Nós vamos diminuir, para 8%, estamos diminuindo ano a ano. Todos os anos estamos diminuindo, vai diminuindo. Qualquer governo: PMDB, PT, PSDB, é um acordo da Comissão de Finanças: todo ano tem diminuído 1% com relação ao remanejamento. Por favor, peço que conclua, porque já são 4 minutos.

**O SR. RICARDO MEREJE** – Perfeito. Eu já falei o que tinha de falar. Peço que os senhores observem a cultura, a mobilidade cultural da zona Sudeste que está abandonada. Foi tratada de Sul 2, a Sul 1 come todas as verbas, e a zona Leste ali, com o Zoológico, jardim Botânico, parque da Independência, não temos acessibilidade cultural.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Obrigado, Eduardo. Próximo é o Sr. Marcos Alimare. Depois, a Sra. Néa, que é a quinta escrita e, daí, vamos pausar para algumas respostas, para não ficar muito cansativo. Estão encerradas as inscrições.

**O SR. MARCOS ALIMARE** – Cumprimento a Mesa, saúdo a todos. Senti-me bastante contemplado na fala do Eduardo, ele foi bastante coerente, me contemplou muito. Só gostaria de colocar algumas questões ao Secretário, Sr. Claudio.

Sr. Claudio, vi bastante que o senhor comentou, não na competência do Conselho Tutelar, mas sim no que o senhor acompanhou dos números que foram colocados aqui para nós, da diminuição de equipes e o aumento da produtividade. Eu gostaria só de entender se esse aumento da produtividade teve também o aumento da qualidade.

Víamos diariamente, acompanhando, saindo de casa, eu mesmo ali da zona Oeste, buracos que eram tapados e dois meses depois estavam abertos novamente. Então se com uma equipe maior se fazia menos, e com uma equipe menor está se fazendo mais, a minha

pergunta é: a qualidade será que está sendo a mínima, como aceitável, para uma cidade como São Paulo

Para finalizar, sendo bem rápido na minha fala: peço encarecidamente que atenda mais uma vez um velho pedido, desculpem conselheiros tutelares, que haja uma reunião para que os CAFs das Prefeituras Regionais respeitem o Conselho Tutelar. Para que os CAFs das Prefeituras Regionais atendam o Conselho Tutelar. Nós, temos nossos orçamentos, e sempre pedimos para os CAFs para ver o nosso orçamento. Nunca somos atendidos.

Há alguns CAFs que até atendem, não vou generalizar, não vou cair nesse erro, mas, na sua grande maioria, os CAFs não atendem, não se prontificam. Estamos querendo saber do nosso orçamento e o que escutamos é sempre que está congelado. Só que a gente chega aqui nessa Casa e pergunta, daí nos dizem: “O orçamento congelado não quer dizer que não será realizado, quer dizer que ele tem de ter uma justificativa plausível para que seja realizado”. E só escutamos das Prefeituras que está congelado. É falta de vontade, é falta de comprometimento com o Conselho Tutelar?

Então é esse pedido velho nesse novo Orçamento que estamos entrando, para que os CAFs, realmente, passem para os 52 conselhos da cidade de São Paulo o que compete a eles; o que eles podem fazer a mais para atender nossa cidade. É só isso. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Obrigado. Aproveitar que hoje é dia 21, mas parabenizar o Dia do Conselho Tutelar. Foi dia 18. Parabéns. Próxima, Sra. Néa Arantes, da Assetcom.

**A SRA. NÉA ARANTES** – Boa tarde, cumprimento a Mesa em nome do Vereador Ricardo Nunes. Saúdo os demais Vereadores presentes e todos os Secretários que estão aqui.

Quero dizer que essa pauta é muito importante. Essa Casa sempre atendeu nossas reivindicações. Sempre estive conosco na luta de conselheiros tutelares. Sempre tivemos essa Casa aberta para essa discussão.

E foi muito importante quando, a partir de 2013, trouxemos para essa Casa a

discussão do orçamento dos conselhos tutelares para a cidade de São Paulo. Fui ex-coordenadora da Comissão Permanente, deixei o Conselho em 2016. Desde então deixamos um orçamento aprovado de 22 milhões, para a ocasião para a criação de 8 novos conselhos mais.

Então, assim, é preciso pensar nessa estrutura, Sr. Secretário, seja bem-vindo, a Giulia também, que mostrou muito o empenho em relação a tentar pela questão dos conselhos tutelares, é importante isso. Porque o CT é um órgão que está ali na base, é um órgão que garante e zela pelos direitos da criança e do adolescente.

Queria deixar que essa questão do Orçamento é séria. Sem o orçamento você não consegue dar estrutura, não consegue atender o munícipe como ele tem de ser atendido, a criança e o adolescente. Dentro dessa questão, Sr. Secretário, especificamente para o senhor, vai a questão da formação continuada que tem de ser colocada dentro desse orçamento; precisa rever todas as contratações jurídicas; nós temos um elevado valor, um destino muito grande desse orçamento total dos conselhos tutelares indo para essas contratações jurídicas. Já, lá atrás, apontamos que isso deveria ser revisto, e que seja visto a melhor gestão para que esse repasse, essa diminuição desse orçamento, vá para a questão de material permanente para os Conselhos Tutelares, que nós não temos.

Ainda continua com um orçamento muito baixo. Veja: tínhamos um orçamento de 2,5 mil para cada conselho para questão de material permanente, material como cadeiras, e não vemos isso sendo trocados dentro dos conselhos também. É preciso pensar nessa questão. Outra questão fundamental é sobre os carros. É preciso rever esses contratos. Temos alguns carros do Governo Federal, que recebemos em nossa gestão, em 2013, e que estão parados. Precisamos ver a melhor maneira de tratar essa questão para que vocês não fiquem contratando outros carros, sendo que temos que poderiam atender.

Isso, a questão de contratação de motoristas, podemos ver, dar uma olhada e daí precisa dar uma revisada na Rubrica 36. Como é para a Câmara, todo mundo contrata, faz as

contratações de motoristas para isso. Seria importante ver se dá para fazer isso para a contratação dos carros dos Conselhos Tutelares. Daí teríamos carros, motoristas, e teríamos os carros que temos aí. E precisa colocar os carros para funcionar.

E, dentro disso, tudo, como eu já falei, acho que precisamos atentar mais. Como eu disse, essa Casa tem se sensibilizado com as nossas demandas e acredito que os Secretários aqui presentes também, pelas falas que ouvimos aqui e que têm essa intenção. Então, que seja olhado e esse orçamento precisa mesmo ser revisto. Precisa ser aumentado e colocado, lembrando que é um orçamento irrisório, não faz diferença para a função relevante que esses conselheiros têm e o também o Conselho Tutelar. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Obrigado, Néa. Passar algumas respostas. Precisaria depois escutar a Anlurb, porque tenho questões relacionadas a ela, na sequência.

Queria perguntar se o Secretário Júlio Semeghini queria começar? (Pausa)

**O SR. JÚLIO SEMEGHINI** – Primeiro, boa tarde, quero agradecer ao Presidente da Comissão, mesmo não estando aqui, tem nos apoiado bastante, o Vereador Jair Tatto, ao nosso Relator Ricardo Nunes, a todos os Vereadores presentes, Fábio Riva, João Jorge, Aurélio Nomura, Gilson Barreto, Reginaldo Trípoli, Rodrigo Goulart, e mais alguns que passaram e não puderam ficar.

Quero dizer só o seguinte: na área da Secretaria de Governo, nós fizemos questão de apresentar essa divisão para deixarmos claro que, mesmo tendo dividido as duas Pastas, criado a Casa Civil e feito a Secretaria do Governo, a orientação do Prefeito João Doria é que não aumentássemos o Orçamento, não aumentássemos a Secretaria em número de secretarias. Seguimos rigorosamente esses critérios.

Está aqui conosco o Secretário de Comunicação, o Fábio que seguiu a orientação para evitar qualquer aumento de despesas com comunicação esse ano seguiu rigorosamente isso, se manteve nos limites do orçamento do ano passado, depois a Casa Civil vai ser

apresentada aqui pela equipe do Bruno Covas, que está claro os recursos das emendas parlamentares, as outras áreas que estão aqui, alguns eventos foram colocados. O Milton Flávio que é o nosso Secretário de Relações Sociais vai ficar aqui no meu lugar e vou ter que ir para outro evento. Como eu vi que não há perguntas, por enquanto, em relação à nossa Secretaria, nós continuamos atentos. O Secretário Milton Flávio continuar e vai estar à disposição de vocês para qualquer outro assunto que tenha sido da execução orçamentária desse ano em relação aos eventos, essas coisas que foram colocadas aqui e que a partir de agora vai ser executado pela Casa Civil, pelo Bruno Covas e sua equipe e mais algumas outras coisas, no que diz respeito às emendas parlamentares. A outra parte não, ele responde direto por isso e vai responder daqui a pouco.

Quero agradecer a participação de todos, o debate democrático que tem havido, a gente realmente ouviu bastante reivindicações, principalmente, no que diz respeito aos conselhos. Aqui há várias posições claras e tenho certeza de que o nosso Secretário Claudio vai olhar com carinho, para poder fortalecer os conselhos. O Milton Flávio vai assumir uma parte para poder apoiar parte dos conselhos da cidade de São Paulo para poder se dedicar e consolidar os canais de comunicação que estamos.

Os conselhos são os mais fortes e o conselho tutelar nem se fala, é uma coisa superimportante e na verdade eu vou ter como Deputado Federal na criação, na regulamentação, e a gente implementou e regulamentou parte dessa lei, no início desse governo nosso aqui, que eram coisas do ano passado que tinham sido e fomos nós que mudamos o Orçamento. A primeira alteração do orçamento feito foi exatamente para atendermos as sugestões que tinham do ano passado em lei federal para a gente implementar no conselho tutelar.

Agradeço e peço para que a equipe continue respondendo as perguntas. Estamos à disposição. Obrigado, peço licença, pois vou me retirar.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Obrigado, Secretário Julio Semeghini,

solicito ao Dr. Edson para fazer a sua apresentação.

**O SR. EDSON TOMAZ DE LIMA FILHO** – Eu optei por fazer uma apresentação, mais focada nos objetivos da Amlurb do que exatamente nos números.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

**O SR. EDSON TOMAZ DE LIMA FILHO** – Os nossos números são poucos contratos, mais muito grandes. Temos o contrato de varrição, coleta e alguns outros itens que não chegam a 20% do valor desses quatro contratos.

Para vocês entenderem o tamanho da nossa tarefa, a gente vai falar um pouco de São Paulo, de 12 milhões de habitantes, 3 milhões 669 mil domicílios, 48 mil 623 ruas oficiais, uma área urbana de 1247 quilômetros, uma área de proteção ambiental de 273 quilômetros, sendo território dividido em 32 prefeituras regionais, com 96 distritos e nós dentro dessa área temos uma gestão diária de 17.200 toneladas de resíduos. Isso o resíduo de responsabilidade desses contratos da Amlurb. Já tivemos dentro da Secretaria de Serviços e Obras, hoje estamos nas secretarias das prefeituras regionais, meu Edson Tomás de Lima Filho. Estou subordinado ao Secretário Claudio Carvalho. A Amlurb, autoridade municipal de limpeza urbana, trata exatamente disso: órgão regulador e gerenciador dos serviços de limpeza urbana prestados em São Paulo. Ela tem um total de 150 funcionários.

Tecnicamente a gente chama de divisível e indivisível. O divisível é a coleta, resíduo domiciliares que a gente vai de casa a casa e resíduos de saúde pela periculosidade do mesmo e é uma obrigação do município retirá-los em hospitais, clínicas e tudo o mais. Esses contratos dividimos a cidade em dois pedaços, o sudeste e o noroeste, no pedaço da coleta nós temos a Ecourbs, que é um consórcio formado por três empresas que faz a coleta e no setor noroeste, segundo a divisão daquele mapa ali, temos a Loga que também é um consórcio de três empresas, que faz a coleta. Tecnicamente chamado indivisível é essa varrição. São dois contratos pela Lei 8666, foi uma licitação, sendo que o contrato da coleta é concessão, realizada no governo Marta, tem 20 anos essa concessão, podendo ser renovável

por mais 20. No caso da varrição são dois grupamentos também, um sudeste e um noroeste, sendo que no sudeste está a Soma, um consórcio de duas empresas. E a Inova, com um consórcio de 3 empresas para fazer a varrição, chamada indivisível. Estamos no período extraordinário, esses 5 anos tinha se encerrado em 14/12/16 e o governo anterior resolveu dar um período extraordinário de mais um ano, que deve terminar agora em 14/12.

Para vocês terem uma ideia do que é essa composição dessas 17 mil 196 toneladas do que a gente recolhe por dia em São Paulo. feiras, limpeza, resíduos de esgoto, que é a limpeza de piscinões. A gente faz resíduos de construção civil, a gente coleta os volumosos, a periferia conhece bem essa operação, de vez em quando a gente passa lá uma vez por mês e recolhe um monte de sofás e essas coisas mais volumosas. Temos a poda e o resíduo de saúde. A grande maioria aqui são os resíduos domiciliares, essa coleta feita casa a casa, que é 71% da coleta.

---

Os principais desafios da Amlurb é minimizar o volume de resíduos destinados ao aterro sanitário, é uma meta desse governo até o final desse governo reduzirmos em 500 mil toneladas a disposição final nos aterros que possuem a cidade de São Paulo. É uma meta desafiadora, mas achamos que podemos cumpri-la, ampliando a reciclagem e fazendo uma compostagem, ampliando-a em São Paulo.

Para isso, fazemos ações de educação ambiental porque o lixo é logística, mas nenhuma resiste se dentro do domicílio não for feita uma separação de forma correta e uma colocação de forma correta para que consigamos de fato fazer reciclagem e compostagem. Nós precisamos de uma campanha de educação ambiental e estamos organizando para ter um lançamento no mês que vem. Temos de aumentar o índice de recuperação de resíduos recicláveis secos. São Paulo hoje coleta do possível de ser reciclado, nós reciclamos algo na faixa de 6%, o que é muito pouco. Do total de resíduos sólidos nós reciclamos algo em torno de 2% muito pouco ainda. Temos de fazer um compromisso de acordos setoriais, a chamada logística reversa, que está no Plano Nacional de Resíduos Sólidos. É obrigação de quem gera,

de quem faz as embalagens e os produtos ter implementado uma forma dessas embalagens e desses produtos terem uma forma reversa de serem tratadas por eles. Hoje grande parte disso está sendo tratado pela Amlurb, numa inversão de valores total, porque seriam as empresas que teriam que pagar, mas isso precisa de implementação dos tais acordos setoriais que hoje estão judicializados. O Ministério Público está com uma série de ações em cima desse pessoal. Buscar novas tecnologias para o orgânico. Para vocês terem uma ideia do que a gente coleta nas casas das pessoas. Algo em torno de 12 mil toneladas por dia, 55% disso é resíduo orgânico. A grande maioria e é o desafio maior. O orgânico quando vai para o aterro é o que mais produz o chorume, é o que mais prejudica atmosfera. É extremamente prejudicial, principalmente, quando vem do lixo urbano que vem contaminado com uma série de outros produtos.

Estamos tratando de buscar um tipo, uma forma de pelo menos, que chamamos de biosecagem. Se você deixar esse orgânico escorrer pelo menos o líquido que possui, a gente diminui a massa em 60% e aí sim colocaríamos nos aterros algo em torno de 40% dessas seis mil toneladas que a gente recolhe diariamente nas casas de São Paulo.

Qual é o nosso orçamento? O orçamento da Amlurb realmente é algo extraordinário, porque toda essa coleta e essa varrição são pagas com o dinheiro do cofre público municipal. Tínhamos, no início dessa empreitada, uma taxa de lixo, que depois foi eliminada. Hoje, não temos nenhum tipo de cobrança pelo lixo coletado na cidade. Talvez a gente consiga implementar isso através da logística reversa, que eu acho até mais justo socialmente do que exatamente instituir, no IPTU, uma taxa de lixo, como havia sido colocado.

Temos 2 bilhões e 98 milhões, que é todo o dinheiro para essa gestão dos resíduos sólidos; 1,04 bilhões é para os dois contratos de concessão – estamos falando por ano. A coleta no noroeste e no sudeste leva, por ano, 1,04 bilhões de reais.

Os dois contratos de limpeza urbana, que é a varrição, leva mais 893 milhões, e esse nós estamos licitando de novo, e a ente espera poder baixar bastante esses custos. O

Tribunal de Contas interrompeu a nossa licitação e nos orientou a fazer... Como a coleta ficou dividida em duas áreas, nós, o Governo, repetimos uma licitação em duas áreas, porque, operacionalmente, faz mais sentido ter a varrição e a coleta dentro da mesma base geográfica. Porém, o Tribunal de Contas nos mandou uma recomendação, através do seu plano, para que fizéssemos uma licitação com, no mínimo, cinco áreas, e nós estamos estudando como fazer isso. E como é “no mínimo”, pode ser mais também.

Trinta milhões de apoio aos catadores – essa é uma função da Amlurb. Toda a nossa reciclagem e o dinheiro da venda dessa reciclagem fica para as cooperativas de catadores da cidade. Mais que isso: pagamos aluguel, água, luz, IPTU, compramos aqueles equipamentos de segurança. Enfim, nós damos um subsídio muito forte para que as cooperativas possam fazer a reciclagem. Temos, inclusive, duas megas plantas de reciclagem – uma na Ponte Pequena e outra em Santo Amaro –, que também são operadas por cooperativas que trabalham lá dentro. E 66 milhões que é para gestão de resíduos da construção civil – basicamente, o que a gente chama de entulho, que dá um trabalho enorme na cidade, com muitos pontos de descartas, pontos viciados de descarte irregular. E 71 milhões para investimento e custeio. Então 50% do orçamento é para o contrato de concessão; 43% é para o serviço de limpeza, a varrição; e o restante, essas pequenas fatias no queijo.

Bom, nós temos que diminuir. A Meta 24 nos obriga a reduzir em 500 mil toneladas o total de resíduos enviados a aterros municipais nesse período de quatro anos. Vamos aumentar o volume de reciclável coletado nas áreas já cobertas. Hoje a gente já coleta no mínimo uma vez por semana e, em 19 prefeituras regionais, 100% das ruas dessas 19 prefeituras; e nas outras 13 a gente coleta algo em torno de 50 a 70% das ruas em dias especificados e horários especificados, para que a gente possa obter esse produto de reciclagem – o tal do resíduo seco.

Eu acho que basicamente já falei tudo o que tinha aqui.

Passe aí, por favor, que eu acho que é importante vocês verem essa Central

Mecanizada de Triagem Carolina Maria Jesus. É uma grande central totalmente operada por cooperativa. O que ela produz, a cooperativa distribui para si. E como é uma central muito grande, com capacidade de reciclagem de 250 toneladas por dia – hoje a gente recicla apenas 80 nelas; está funcionando só um turno, a gente quer atingir esse objetivo, o máximo. Mas parte desse dinheiro dessa megacentral é rateado entre toda as cooperativas que são credenciadas e conveniadas dentro da Amlurb.

Ok. Era isso.

- Exibição audiovisual.

**O SR. RICARDO NUNES** – Nós temos uma situação de que a sessão abre às 15h. Se abrir a sessão lá, nós vamos ter que interromper aqui. Mas, antes, como somos muito demandados pelo Ministério Público com relação à lista de presença dos participantes, e o Ministério Público cobra esta Casa com relação a termos as audiências públicas, houve um fato aqui que eu quero deixar registrado para as Notas Taquigráficas.

Pergunto aos presentes se alguém localizou uma prancheta contendo listas de presença, que se encontrava circulando entre os presentes para preenchimento na audiência pública de cultura, da audiência que houve de manhã.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. RICARDO NUNES** – Não, não está aqui.

Então eu informo que a prancheta continha por volta de 22 folhas, com sete inscritos cada, dando aproximadamente 162 inscritos. Informo também que se encontra na Secretaria um total de 7 folhas, tiradas anteriormente...

Foi achada. (Palmas)

Obrigado.

Então, como a gente vai ter que encerrar lá, eu queria ver se os inscritos se declinam para que haja as respostas; se não declinarem, a gente vai continuar com as perguntas. Eu informo que o Mário está indo lá olhar. A hora que a sessão plenária iniciar, eu,

obrigatoriamente, tenho que encerrar aqui.

O próximo seria o Sr. José Luiz Adori (?), do Conselho Gestor do Plano de Bairro.

Abre mão, não?

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. RICARDO NUNES** – Um minuto? Ok.

**O SR. JOSÉ LUIZ ADORI** – Rapidamente.

Eu já estive aqui em várias audiências, inclusive hoje, especialmente, por causa da Secretaria das Prefeituras Regionais. O Secretário Cláudio Carvalho. E nós estamos ali no Jardim Lapenna tendo uma experiência com instrumento de gestão de microdemandas urbanísticas, que é o Plano de Bairro. Ele ajuda a organizar as demandas de um território. E na revisão do PDE, em 2013-14, ele ganhou muito mais eficácia e eficiência. Estamos num momento em que nós já planejamos, junto com a comunidade, o próprio Plano de Bairro. Ele agora vai passar pelo Conselho Municipal de Política Urbana; já passou pelos conselheiros participativos; e, nesse momento, a gente precisa muito do apoio do Legislativo e do Executivo num diálogo. E que o Executivo analise esse instrumento, e esse processo e experiência, que ele é muito bom para os bairros periféricos da cidade de São Paulo porque ele estabelece um planejamento que é feito com a própria comunidade; facilita o diálogo entre o Executivo e o Legislativo em relação a investimentos que não são vultosos – são demandas que dizem respeito à microdrenagem, arborização, qualificação do espaço público.

Era mais isso que eu queria te entregar, Secretário Cláudio de Carvalho. Aqui, um pedido, porque a gente está defendendo o Plano de Bairro no PPA e no PLOA 2018.

**O SR. RICARDO NUNES** – O próximo inscrito é o Brasil Laerte. Pergunto se declina. (Pausa) Não está presente.

O próximo inscrito é o Sr. José Liberato, do Conselho Tutelar, sobre o que também já se falou bastante. Pergunto se declina. (Pausa) Quer falar?

Nós vamos ficar sem a resposta do Secretário, que é importante. Pensem nisso.

**O SR. JOSÉ LIBERATO** – Boa tarde a todos e a todas, à Mesa.

Como já foi dito aqui, eu estou como conselheiro há seis anos. Como bem foi falado, que esta Casa sempre esteve com a gente, conselheiros tutelares, mas eu não consigo entender, Secretário, que é o sexto ano que eu estou vindo aqui para falar da mesma coisa: a estrutura dos conselhos tutelares da cidade de São Paulo. Então eu não consigo ver, quando o senhor colocou ali o orçamento de 24, que o ano passado nós discutimos nesta Casa, e que era de 37, que hoje está em 24, e que não foi executado 100% do serviço. E muitos conselhos estão sem o carro do Governo Federal, que é uma situação que eu também não consigo entender. Quinta-feira, em reunião com o pessoal da Secretaria das Prefeituras Regionais, dizendo que aquele carro vai perder o valor e vai perder o contrato, porque venceu os cinco anos, e que vai virar sucata.

Também, os conselhos tutelares não podem ser vistos, Secretário, como uma maneira de fazer manutenção nas ruas. O Conselho é um órgão muito importante, de extrema relevância, que cuida de crianças e adolescentes, que zela pelo direito dele. E aí eu peço, tanto para esta Casa quanto para o Sr. Secretário, e também ao Prefeito, que eu vejo ele vestir a camiseta de várias Secretarias, mas não veste a camisa da infância, que seja feito, porque não dá, para o ano que vem, a gente estar aqui de novo pedindo orçamento para o conselho tutelar, porque está faltando dinheiro. E essa rubrica que foi colocada, de 26 milhões, não dá para atender o conselho. Então o conselho não tem administrativo. A Secretaria de Direitos Humanos pediu para a gente fazer alguma resposta, e não foi possível, porque não tem o administrativo. Você precisa que o conselho faça a função do administrativo, da recepção disso, e isso não dá para fazer.

Tem outra situação: no conselho tutelar de Pedreira, a gente fez um pedido, via ofício, na Secretaria que, à época, era o Bruno Covas, e a gente não tem resposta. Se cobra a resposta do conselho, mas quando o conselho também pede da secretaria uma explicação, e que até hoje não foi respondido, Secretário, nós vamos pedir para quem? Quem é a pessoa

que você pode falar: “Você fala com o fulano, que você será atendido”.

É isso. Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Tem a palavra o Sr. André Araújo. (Pausa)

Declina. Obrigado.

Tem a palavra o Sr. André Bruno. (Pausa) Tem a palavra o Sr. José Figueiredo.  
(Pausa) Tem a palavra o Sr. Márcio Luiz da Costa.

O Márcio foi chefe de gabinete da Subprefeitura do M'Boi Mirim.

**O SR. MÁRCIO LUIZ DA COSTA** – Boa tarde a todos, especialmente ao Sr. Edson, Presidente da Amlurb. Espero estarmos nos cruzando diariamente, o mais breve possível. Mande um abraço para o Balota.

Eu estou falando aqui pela quarta ou quinta vez para tratar da nomeação dos 176 aprovados no concurso público homologado ano passado, em junho, da Amlurb.

A Amlurb foi criada no Governo Marta. Então tem bastante tempo, cerca de 15 anos. E no decorrer desse tempo sempre contou com funcionários comissionados trabalhando lá dentro.

Esse ano houve a redução de 30%. Como a gente viu na apresentação, tem cerca de 150-160 funcionários, sendo cerca de 120 comissionados e nenhum aprovado em concurso público da Amlurb. O resto é cedido de outras secretarias; e há cerca de 10 fiscais da Limpurb – ou seja, 10 fiscais para tomar conta de 17 mil toneladas de lixo por dia, o que é totalmente inviável.

Sobre as metas da Amlurb, quando eu fui fazer o concurso, eu não sabia da existência dela; mas, conforme eu venho lutando pela nomeação, eu vou ganhando conhecimento a respeito. O Tribunal de Contas vem massacrando a autarquia em todos os relatórios anuais porque não consegue completar 90% das metas. Isso porque, praticamente, não tem ninguém trabalhando lá dentro. Para você ver, são 150 funcionários hoje, e há 180 aguardando para ser nomeados. De cara, tem que dobrar a capacidade da autarquia, para

poder começar os trabalhos. E, nisso, o TCM também pediu um plano de fiscalização, que foi o último pedido deles, e a nomeação. Antes já tinha havido a real necessidade de realizar o concurso; e já vem pedindo, desde o ano passado, a nossa nomeação, que não foi atendido até o momento.

Sobre a taxa de resíduos sólidos da saúde: essa é uma taxa que não é fiscalizada. Então os contribuintes declaram o valor que eles acham que eles produzem de lixo. Então há uma receita que não está sendo arrecadada, e isso seria mais do que suficiente para cobrir o custo de pessoal desses aprovados. E para não falar que São Paulo é a sétima cidade mais populosa do mundo; de lixo, deve ser proporcionalmente isso, ou até produz mais lixo *per capita*. São Paulo poderia ser tornar uma referência mundial, exportando tecnologia e conhecimento nessa área. Então eu diria que o céu é o limite nesse tema de resíduos sólidos para São Paulo, ainda mais agora que o Prefeito tomou como prioridade a Cidade Linda como o principal programa e se veste de gari para varrer a rua, mas não investe no recurso humano. Então estamos ainda aguardando e lutando pela nossa nomeação.

Não nos convocar fere o desenvolvimento de políticas públicas fundamentais para a população. Várias cooperativas foram citadas. Quantas mais não poderiam existir? Quantas mais pessoas não poderiam estar trabalhando e ganhando o sustento a partir do lixo? A não convocação contribui para a perda de credibilidade dos concursos públicos municipais. Quer dizer, no nosso concurso tem muita gente de outros estados que estão aguardando a nomeação para pode ser mudar. Então é um concurso que foi a nível nacional em termos de candidatos, e não convocar tira a credibilidade. Então você ter somente 5% do lixo reciclado é uma absurdo total.

E a pergunta que fica aqui, que não foi dita na apresentação, é que, no orçamento do ano que vem, comparado com o desse ano, houve um aumento de 6,5 milhões para 10,5 milhões em relação a despesas com pessoal. Queria saber se essa diferença é para chamar os aprovados no concurso e de que forma isso seria feito. Uma despesa para chamar todos os

180 concursados seria em torno de 20 milhões, para gerir um contrato de dois bilhões de reais. Ou seja, o dinheiro do lixo está indo para o lixo literalmente, pois isso representa apenas 1% do orçamento.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Márcio.

**O SR. MÁRCIO** – Boa tarde. Vamos ser breves por causa do plenário. Queria me ater primeiro a um aspecto que a gente vem acompanhando.

A gente pode entender, grosso modo, que uma cidade tem duas características, dois perfis. Tem uma região que é consolidada, tipo essa em que nós estamos, bairros mais antigos, que têm rede de água, de esgoto, sistema de drenagem, pavimentação, iluminação. E tem uma área periférica que constantemente se expande, inclusive as de proteção de mananciais, com ruas irregulares, loteamentos irregulares, construções em encostas, ocupação em beira de córregos. Tanto uma quanto outra precisam cotidianamente usar os serviços da prefeituras regionais, de llume, da coleta de lixo etc.

Essa área consolidada, até pela sua antiguidade, sofre constantemente uma envelhecimento, então são árvores que todos os anos precisam de manejo, dificilmente a prefeitura consegue dar conta de tudo, são galerias que afundam, é o pavimento que se desgasta. É como uma casa velha, que precisa constantemente estar cuidando. E tem essa área suburbanizada que cresce. Hoje alguma rua surgiu na Cidade, alguma viela surgiu na Cidade, e você tem que dar conta disso. Nas emendas parlamentares, por exemplo, você vê a quantidade de recursos destinados para colocar corrimão em escadaria, para arrumar degraus, porque são demandas que vão surgindo diariamente.

Objetivamente, a zeladoria da Cidade, a manutenção, é um serviço que a cada ano torna-se mais oneroso pelo envelhecimento da área estruturada e pela expansão desmedida de novas áreas. A região do M'Boi Mirim, que eu conheço melhor, há 30 anos terminava ali próxima ao Jardim Ângela, hoje se alonga mais cinco, seis quilômetros para frente. Então é

difícil, tapar buraco no M'Boi Mirim é um problema, quando a massa chega ela já está quase fria, mesmo com os caminhões térmicos, então você tem essa dificuldade. E a gente vê que o orçamento está se reduzindo, mas os contratos se reajustam para cima todos os anos.

Isso é algo que tem que ser pensado. Claro que depende de política de investimentos estruturais, de uma política urbana. Não são as prefeituras regionais que vão receber isso, mas são elas que têm que dar conta disso na ponta. Então a Câmara tem que pensar um pouco nisso, porque o orçamento está muito reduzido para zeladoria na Cidade.

Eu queria colocar basicamente duas questões ao Secretário de subprefeitura. Primeiro, quatro processos de zeladoria, de contratação de ata de registro de preço, conservação de áreas verdes, limpeza manual de canais e córregos, conservação de galerias e conservação de logradouros. Muitas prefeituras regionais estão sem esses serviços. Não sei dizer quantas. Eu sei que o M'Boi Mirim está sem contrato de limpeza de córregos e de áreas verdes, porque é impossível renovar, já foi feito no ano passado por excepcionalidade. Pirituba eu acho que tem o mesmo problema que outras têm. Só que esses processos que estão na Secretaria estão suspensos *sine die*.

- Fala fora do microfone.

**O SR. MÁRCIO** – Não? Então ainda bem que resolveu, mas ficou um bom tempo. Então, no caso, seriam esses processos, porque daqui a pouco outras também ficariam sem os serviços.

Por último, a questão dos riscos geológicos. Falou-se muito aqui em enchente, enchente. Eu sei que na Cidade todo mundo fala em enchente, mas tem um problema de risco geológico que não é enchente, que são os deslizamentos, ocupações em áreas de encostas. Só na região do M'Boi Mirim tem no mínimo dez lugares que podem desaba. Aquelas cenas que a gente vê ao longo dos anos em Petrópolis, Angra dos Reis, Salvador podem ocorrer na cidade de São Paulo. Eu sei que isso é difícil, que são obras muito caras, não dá para fazer tudo de uma vez, mas qual a previsão, qual o olhar da Secretaria. Eu sei que a Defesa Civil

monitora isso, mas se tem previsão de algum investimento nessas obras estruturais de contenção que são necessárias, porque é tragédia que pode matar 100, 200 pessoas numa tacada só.

É mais ou menos isso que eu queria colocar. Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Relator Ricardo Nunes.

**O SR. RICARDO NUNES** – Obrigado.

Secretário Cláudio Carvalho, quero entregar para o senhor um documento de 61 ruas de terra no perímetro da Prefeitura Regional de Parelheiros. Agora, com o programa que o senhor está liderando, tenho certeza... Como a gente não teve asfalto novo em nenhuma rua de Capela do Socorro e Parelheiros...

**O SR. CLÁUDIO CARVALHO** – Vai ter.

**O SR. RICARDO NUNES** – Que boa notícia. (Palmas) Obrigado.

Eu quero entregar ao senhor, são 61 ruas, o senhor vai ver aqui as fotos, muitas delas com cadeirantes que não têm condições nenhuma de transitar.

**O SR. CLÁUDIO CARVALHO** – Aí atende Capela do Socorro, Parelheiros e Grajaú; atende tanto a sua região como a do Vereador Jair Tatto.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado.

**O SR. RICARDO NUNES** – Exatamente.

Secretário, outra coisa importante, que foi motivo de outras audiências públicas e que eu queria passar às mãos de V.Exa. é com relação ao estudo que foi feito sobre os engenheiros que estão em cada prefeitura regional, fazendo um destaque Freguesia e Brasilândia, que só têm quatro; M'Boi Mirim só tem sete; Parelheiros só tem quatro; Ermelino Matarazzo só tem três; Guaianases só tem quatro; Cidade Tiradentes só tem quatro. E, por exemplo, na Lapa tem 17; Pinheiros tem 26; Vila Mariana, 26. Ou seja, parece, Secretário Cláudio Carvalho, que a gente está depositando uma confiança enorme no senhor, que não é correta essa distribuição. É um estudo que o senhor já tem, mas eu, como relator do

orçamento...

**O SR. CLÁUDIO CARVALHO** – Pode me dar.

**O SR. RICARDO NUNES** – É muito importante tentar fazer uma redistribuição. Se não for possível de imediato, fazer a recomposição do quadro de funcionários.

- Fala fora do microfone.

**O SR. RICARDO NUNES** – Eu só vou falar uma situação para a Dra. Denise Abreu, aí eu já passo para o senhor.

Dra. Denise Abreu, a senhora fez uma apresentação muito bacana. Permita uma contribuição. Faltou um pouco a gente falar de 2018.

Só para gente ter claro que Notas Taquigráficas de audiência pública é uma coisa que depois as pessoas acompanham.

A peça orçamentária tem uma previsão, para 2018, de 355 milhões. E a senhora falou que tem, do Fundo, uma previsão de 45 milhões por mês, que daria 544 milhões. Seria bom a gente esclarecer, porque ou eu entendi errado, ou existe aqui uma diferença com relação à questão. Se a senhora pudesse, sucintamente, falar o que tem de previsão de pontos de energia a serem instalados em 2018.

É uma prática da Comissão de Finanças, quando a gente discute a peça orçamentária, pelo menos dizer basicamente o que será feito com os recursos em 2018. Tendo em vista o adiantado da hora, pelo menos se nós termos pontos de iluminação de LED trocados, e quantos pontos novos de iluminação em 2018, pelo menos numa ordem de grandeza.

Para concluir a minha parte, porque tem bastante coisa para falar, mas não vai dar tempo, é com relação ao orçamento das prefeituras regionais. Secretário Claudio, eu o Jair, todos nós da Comissão de Finanças estamos apanhando dos demais vereadores desta Casa, sem exceção, com relação à diminuição dos recursos das prefeituras regionais. A gente precisa conversar com Finanças, com o senhor, para rever. O Secretário Caio me telefonou na sexta,

no sábado. Mas é importante deixar consignado, nesta audiência pública, que é a audiência pública da Secretaria das Prefeituras Regionais, que é preciso fazer uma correção do orçamento das prefeituras regionais.

Obrigado, Presidente. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Quem vai declinar? Kátia? Wendel? São três falas, todas conselho tutelar.

- Falas concomitantes.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – A Kátia já está a postos.

**O SR.** - Mulheres têm preferência.

**A SRA. KÁTIA** – Que bom, que assim sempre seja.

Boa tarde. Saúdo a Mesa, os presentes, especialmente os conselheiros que conseguiram vir. Parabéns para todos nós que somos guerreiros. (Palmas)

Infelizmente não podemos deixar de ser repetitivos, porque é necessária a existência dos conselhos tutelares na cidade de São Paulo.

Eu estou como conselheira tutelar de Cidade Tiradentes, mas também como vice-presidente da Associação Paulistana de Conselheiros e Ex-Conselheiros de São Paulo. Temos várias demandas que infelizmente são repetitivas. Todos os anos, no orçamento, a gente reivindica, porque a estrutura dos conselhos tutelares é precária. O Conselho tutelar sendo precário, os conselheiros não conseguem trabalhar e, conseqüentemente, o que mais se agrava é a violação de direitos.

Aqui em São Paulo são 52 conselhos tutelares e 21 deles não têm ata ou administrativo. É o mínimo que nós poderíamos ter, esses servidores lá para contribuir com as nossas demandas que são inúmeras. Cidade Tiradentes, por exemplo, o conselho tutelar, embora agora sejam dois, um deles, que é no que estou, agora vive no departamento de obras, trabalha no departamento de obras. Inclusive no dia 23 de outubro nós participamos de uma entrevista da TV Câmara que trouxe essa denúncia. Não sei se o Secretário chegou a ver essa

entrevista, mas ficou bem evidente qual situação que a gente consegue trabalhar ou não consegue trabalhar.

Consequentemente o que acontece? Nós não conseguimos entender por que o nosso orçamento sempre se reduz, ou reduz ou zera. Aqui eu estou, por exemplo, eu acho que depois a permanente vai estar falando aqui na fala, vai estar apresentando aqui o orçamento dos conselhos tutelares, e Cidade Tiradentes é uma das subprefeituras que tiveram menos. Inclusive para material permanente, que nós não temos, está zerado.

Inclusive nós estamos aqui também com um documento da Cidade Tiradentes para protocolar nesta Câmara pedindo doação de móveis. Olha só que coisa triste, a gente tem que pedir doação de móveis porque nós estamos zerados na questão do material permanente, então nós não temos cadeira, crianças já se machucaram nessa cadeira.

Aí eu falo não só por Cidade Tiradentes, mas pelos 52 conselhos tutelares que precisam trabalhar de maneira digna para propor a crianças, adolescentes e jovens – que o estatuto permite que a gente atenda até 21 anos... Que eles sejam realmente garantidores de direitos, que os conselhos tutelares consigam garantir direitos de forma que nossas crianças, como estavam aqui anteriormente, possam estar nesta Casa, possam entrar em qualquer lugar, para possa, então, em qualquer lugar para que possa entender o que é melhor para o seu País, para o seu Estado, para o seu Município, em especial o nosso Município.

Era isso. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Nilton Flávio.

**O SR. NILTON FLÁVIO** – Presidente, eu só vou responder, no que diz respeito à nossa pasta, duas questões. Uma em relação às emendas que, eventualmente, deveriam ser impositivas – uma questão que a Câmara pode decidir -, porque elas não seriam respeitadas. Eu não posso dizer do passado, mas os Vereadores que nos acompanham sabem que este ano o tratamento foi absolutamente republicano, e pretendemos chegar ao final do ano com a execução máxima, embora todos saibamos que enfrentamos um déficit muito grande.

Com relação a eventos, eu quero aqui fazer uma retificação. Pela primeira vez, e eu repito, pela primeira vez na história da Prefeitura de São Paulo conseguimos uma redução de

mais de 50% no orçamento de eventos, entre o orçamento que foi apresentado e o que foi executado. Nunca antes na Prefeitura houve uma mudança. O orçamento apresentado, desde que houvesse suporte da emenda, era executado. Pela primeira vez, discutimos com Vereadores, com a entidade e conseguimos uma redução acima de 50%.

Segundo dado muito importante: 100% dos eventos foram integralmente suportados por emenda dos Vereadores. Cem por cento. Então, se alguém colocou aqui ou imagina que tenha aumentado, e se aumentou 2% em relação ao passado, não foi evento suportado pela Prefeitura. A Prefeitura Municipal não financiou nenhum evento, este ano, em São Paulo, exceto os que são próprios da Prefeitura. Só para deixar registrado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Edson.**

**O SR. EDSON TOMAZ LIMA FILHO** – Houve algumas citações, por exemplo, Saúde. Realmente, você tem razão. O orçamento de Saúde, hoje, é deficitário, e isso não é justo com o Município de São Paulo, e estamos atuando na direção de torná-lo, senão superavitário, pelo menos que empate com a estrutura que o Município gasta para fazer coleta em hospitais e clínicas. Eles realmente se autodeclararam, eles dizem o tamanho que eles têm e nem sempre isso condiz com a realidade e taxa é relativa ao tamanho que eles mesmos se declaram.

O concurso. Hoje estamos vivendo na Amlurb vivendo um momento de grande discussão interna. A Amlurb precisa ganhar músculo e cérebro para o tamanho da tarefa que ela tem. A discussão interna nos levou a pensar em algumas alternativas, talvez uma delas seja fazer dela uma agência reguladora da questão dos resíduos sólidos na cidade de São Paulo. O tamanho da tarefa, por si só, justifica isso. É algo que está em estudo e em análise e depende de uma aprovação política. As instâncias políticas da alta administração municipal têm de se dispor a entender esse tipo de proposta que a Amlurb vai levar ao governo municipal. Mas ainda é uma discussão um pouco incipiente.

Nós temos um estudo que nos indica esse caminho como o melhor para o desafio que a Amlurb tem pela frente. Com isso, a visão do técnico para dentro da Amlurb tem... Nós temos algumas preocupações com o concurso que foi realizado. De qualquer forma, você tem razão. Esse dinheiro a mais que foi colocado com despesa de pessoal é prevendo contratações.

O orçamento de 2018, ele um pouco repete o que foi 17.

Nós temos uma dificuldade enorme, qualquer um aqui no cenário brasileiro, de

prever o que vai acontecer com a economia, no ano de 2018. A elaboração do nosso orçamento foi extremamente conservadora, talvez ela nem mesmo corrija a inflação do período, mas é igual ao do ano passado – vamos dizer assim – e o suficiente para que a gente toque a nossa atividade enquanto Amlurb.

É óbvio que, se a economia melhorar, creio que todos os setores públicos do Município de São Paulo conseguirão melhorar e farão mais investimentos.

Nós temos 4,826 milhões, exatamente, para um possível chamamento desse concurso realizado, mas não estou aqui assegurando para você que nós vamos fazer chamamento. A gente vai esperar um pouco o que está acontecendo no cenário, na arrecadação do ano que vem, para a gente pensar a respeito, inclusive, fechar esse modelo que a gente está pensando de uma Amlurb enquanto uma agência reguladora de resíduos sólidos.

---

**O SR. RICARDO NUNES** – Quem fala? Dra. Denise ou o Secretário Cláudio?

**A SRA. DENISE ABREU** - Para mim é indiferente. Você que sabe. (Pausa)

O fato é o seguinte, Vereador, realmente há um descompasso entre o cálculo que nós fazemos em termos de arrecadação. Se eu arrecado 40 milhões, ao mês, eu estarei arrecadando uma média de 480 milhões, ao ano, pelo Fundip. O problema é que teve uma redução de 30% de despesas, no Município de São Paulo, portanto tive de aplicar também esses 30% na previsibilidade do ano que vem.

Por outro lado, nós temos uma PPP que está travando a nossa previsibilidade orçamentária, ainda está *sub judice*, mas nós esperamos e clamamos ao Poder Judiciário que tome uma decisão o mais rápido possível. Há independência entre os Poderes, não há como o Poder Executivo atuar sobre matéria que está *sub judice*. Isso precisa ficar muito claro e bem explicado para a população do Município de São Paulo. A Gestão João Doria tem como objetivo sim trocar toda iluminação de São Paulo em 610 mil pontos de iluminação desta cidade, por *led*, num projeto de segurança através da iluminação.

O Município de São Paulo, pela primeira vez, se coloca dentro do contexto de segurança, sem esse jogo de empurra de que a Constituição Federal determina que a segurança pública seja executada só pelo Estado, existem ações preventivas que podem ser realizadas. A sensibilidade do Prefeito fez com que nós então focássemos muito nesse novo projeto de iluminar para garantir, no mínimo, a sensação de segurança.

Para as mulheres isso é de suma importância. As abordagens que são feitas em várias localidades onde as mulheres pegam seus ônibus ou vão para o metrô não têm iluminação adequada, por essa razão há uma facilitação no assédio e na violência sexual praticada sobre as mulheres. Nós, evidentemente, não só do Governo, eu, como mulher, tenho uma preocupação imensa para essa garantia de segurança.

Problema é que o Poder Judiciário colocou a matéria *sub judice*, quer dizer, um dos interessados. Matéria essa já poderia ter sido solucionada, uma vez que o Ministério da Transparência declarou esse consórcio que ingressou em juízo como impedido de assinar qualquer contrato com a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal e, portanto, o Poder Judiciário, se quisesse, já teria dito que de nada adianta julgar tudo isso porque ao final não vai poder assinar o contrato administrativo da PPP.

Lastimavelmente, essa sensibilização não tem repercutido com o eco necessário dentro das próprias decisões que nós estamos aguardando e, por esse motivo, houve uma previsibilidade orçamentária em que nós não pudemos colocar dentro dela os custos da PPP.

De qualquer maneira, há uma margem da contrapartida que terá de ser efetivada com a PPP de 30 milhões mensais, através de investimentos se ela for destravada até ao final do ano. Do contrário, nós estamos num momento de contrato de emergência, essa emergência está sendo mensurada não só para englobar a manutenção da Cidade, mas a ampliação.

Espero que eu tenha respondido a dúvida com relação à instalação de *led* em São Paulo, que só ocorrerá a partir dessas decisões que nós estamos aqui anunciando e que independem da vontade do Prefeito de São Paulo e de toda a Administração Pública Municipal.

**O SR. RICARDO NUNES** – Dra. Denise, então a previsão do Fundip é de 355 milhões, não de 540. É isso?

**A SRA. DENISE ABREU** - A previsão orçamentária, não da arrecadação em si, porque nos estamos então... Até 2013, vocês fizeram uma desvinculação. Não foi prevista pelo Governo João Doria, essa desvinculação está dada até 2023 e foi desimpactando então a arrecadação que nós temos do Fundip que é maior sim do que esse valor apresentado.

**O SR. RICARDO NUNES** – Ok. Obrigado.

Secretário Claudio.

**O SR. CLAUDIO CARVALHO** – Obrigado.

Há várias dúvidas e questionamentos, várias áreas todas muito importantes. Mas vou começar, no meu entendimento, a mais importante que é a da criança e do adolescente.

Os conselhos tutelares foram passados de uma secretaria para outra, vocês sabem bem, a gente precisa estruturar tanto a comunicação, as conversas, a estrutura dos próprios conselhos em várias regiões. Eu não acho nada difícil de a gente conseguir mobilizar uma ação para tentar estruturar, pelo menos, o mínimo necessário para funcionar os conselhos. Mobiliário... Como são cinco pessoas, por conselho, acho que não é nada impossível todo mundo junto.

A ação é muito nobre, quando se fala em criança e adolescente é muito mais fácil captar recursos. Posso dizer que não sou um especialista em captação de recursos, mas entendo um pouquinho.

Conversei com a Neia já, a gente sempre tem que conversar com um ou dois para começar a caminhar. Infelizmente, não dá para começar com todo mundo junto, mas acho que iniciando uma tratativa, uma pequena comissão para a gente testar os desdobramentos e o que é a necessidade de cada região, para implantar adequadamente os conselhos, tanto em relação a... Não dá para saber se o valor é pouco ou muito. A gente tem que saber qual a finalidade, qual a utilidade. Se for para comprar material de insumo, ou material... A gente tem

outras formas de buscar isso. A gente precisa trabalhar em conjunto.

A Secretaria está aberta, estive com o pessoal, no sábado, em M'Boi Mirim, na inauguração da creche que ficou muito bacana, ficou espetacular.

Só para ressaltar, se alguém falou que a prioridade da gestão do Prefeito João Doria não é a criança e o adolescente está enganado. É sim. Estamos correndo contra o tempo para diminuir as vagas de creches, inaugurando novos equipamentos, prova disso foi que no sábado inauguramos um equipamento próximo ao M'Boi Mirim, na Avenida Guarapiranga.

Quem gosta, pode presenciar a alegria das crianças num equipamento adequado. É uma creche adequada.

Vamos trabalhar juntos para podermos estruturar melhor os conselhos tutelares que são importantíssimos. Ressalto, novamente, a importância dos conselhos tutelares.

Vamos trabalhar juntos, Neia, estou falando com você, já até trocamos *WhatsApp*, vamos marcar para ver a estrutura e a necessidade. Obviamente há regionais melhor estruturadas do que outras, como tudo que temos acompanhado na Cidade. Mas fica o compromisso de a gente poder caminhar.

É rápido. Vocês falaram comigo no sábado, falei para passarem na segunda, de manhã, e já foi resolvido o assunto. Temos de ter agilidade, não tem esse negócio de secretário com porta fechada, marcar audiência, a gente tem de ser rápido.

Como eu vim da iniciativa privada, tenho o cacoete de tentar agilizar. O que não der para fazer eu vou falar. Não vou dizer: olha vou esperar um mês. Não, não dá para fazer. Então, vamos tentar agilidade nesse processo.

Estou começando a conversar com a Neia, se vocês concordarem a gente vai estruturar um projeto.

Segundo ponto, a questão do orçamento que o Vereador Ricardo colocou, só para contextualizar, o nosso colega falou que foi aproveitado só 37% da Cidade Ademar, 41% da Capela do Socorro e São Mateus. É que você está fazendo em relação ao orçado, mas faça

em relação ao disponível, esse número é 56% na Cidade Ademar, 59% na Capela do Socorro e 70% em São Mateus, em relação ao orçamento disponível. Não sobre o orçado.

Como vocês sabem a gente tinha um deficit de 7,5 bilhões e a gente fez um reajuste no orçamento.

Outro ponto são as atas, também foi falado. Nós estamos liberando. São quatro atas que já estavam há algum tempo no Tribunal de Contas, duas estão liberadas e duas vão para o Plenário amanhã. Provavelmente, das quatro atas, duas já foram liberadas, que é a limpeza de galeria e logradouro, a outra de poda também vai ser liberada.

A gente está com expectativa muito boa de contratação para aumentar um pouco o número de equipes a partir de 1º de dezembro.

Quando você fala que uma regional não tem uma equipe de poda e a outra tem de logradouro, nós criamos dentro das macrorregiões os mutirões para que uma regional que seja próxima desde que não prejudique o seu serviço, flexibilize as equipes para que possa atender a população como um todo.

As áreas críticas também já estão fazendo planejamento e estudo para isso. De uns 15 dias para cá, quando assumi, dei como prioridade para limpar os piscinões, córregos e bueiros, justamente, para tentar fazer prevenção das enchentes. Estamos acompanhando esse assunto 24 horas, por dia, temos um grupo muito eficiente junto à CET e Defesa Civil e várias outras entidades estão no combate e na prevenção, principalmente, às enchentes.

Esse feriado foi uma prova. Obviamente nós tivemos alguns problemas pontuais pela Cidade de alagamentos, mas reagiram rápido no nosso plano de ação. O mesmo vale para o sistema de bombas, de bombeamento, de pontes, para a gente checar se está tudo em ordem para não ter surpresa lá na frente e dizer que lá não tem a bomba porque roubaram os cabos, roubaram os fios. Isso aconteceu semana passada na Ponte das Bandeiras. Já resolvemos o problema. A gente sempre tem que estar planejando e estruturando antecipadamente para não ter surpresa.

Obviamente a gente sabe que é inevitável o problema da enchente, mas tem que minimizar o risco. Foi como você falou, a gente está tratando com pessoas, com crianças, com famílias. A gente tem de fazer o máximo de esforço possível para poder minimizar esses riscos.

O último, o asfalto, nós iniciamos um dos lotes na semana passada, estando a homologação e a vistoria em todas as usinas, os demais lotes serão disponibilizados, a partir da semana que vem, em todas as regiões da Cidade.

Acho que era isso.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado a todos os presentes.

Amanhã teremos a última audiência geral, a partir das 10h, neste salão.

Muito obrigado.

Está encerrada esta audiência pública.

---